

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Marcel van Hattem e outros)

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira, acerca da política nacional de preços de combustíveis.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro de Minas e Energia (MME) este Requerimento de Informação acerca da política de preços de combustíveis. Nos termos da Medida Provisória nº 1154, de janeiro de 2023, expressamente, constitui área de competência do MME a política nacional do petróleo, do combustível e do biocombustível.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

- 1) Qual é a política nacional de preços de combustíveis do atual governo?
- 2) É intenção do MME, enquanto presidente do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), propor Resolução para:
 - a) alterar ou definir diretrizes para a política nacional de preços de combustíveis?
 - b) estabelecer diretrizes ou propor o aumento da carga tributária federal sobre combustíveis?
 - c) estabelecer diretrizes para respeitar o diferencial competitivo do art. 4º da Emenda Constitucional nº 123/2002, ou sugerir continuar a não observar comando constitucional como fez com a MP 1157/2023?



- d) expandir o uso obrigatório de biocombustíveis adicionados ao etanol anidro e ao óleo diesel?
 - e) reduzir a concorrência no mercado de refino no País?
- 3) É intenção do governo, na posição de acionista majoritário da Petrobras no que tange às ações com direito à voto, influenciar a decisão do Conselho de Administração da companhia:
 - a) na definição da política de preços da empresa?
 - b) interferir direta ou indiretamente na formação de preços de realização praticados pelas refinarias da Petrobras?
 - c) na definição do nível de operação e de ociosidade do parque de refino da Petrobras?
- 4) Há comentários na mídia de que a política de preços de combustíveis do atual governo irá considerar a composição média da paridade internacional com os custos domésticos de produção e de importação. Procede que o Ministério de Minas e Energia adotará ou proporá essa política nos próximos meses?
- 5) Na política de preços definidos pela lógica do custo de produção, dado que os preços de refinaria (pelo custo de produção) são menores do que o custo de oportunidade e o preço de importação, haverá espontâneo interesse das distribuidoras maximizarem suas compras de combustíveis no mercado doméstico. Por conseguinte, pela ótica de mercado, provocará um quadro de excesso de demanda nas refinarias brasileiras.
 - a) Como o Ministro de Minas e Energia pretende organizar essa situação?
 - b) É intenção do MME propor (via própria, através do CNPE ou em articulação com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP) o sistema de cotas de combustíveis? Isto é, cada uma das mais de cem distribuidoras em operação no Brasil ficarão sujeitas a uma cota pré-determinada de volume do que poderá adquirir de cada refinaria? Ou uma distribuidora poderá adquirir toda a produção de uma refinaria, ao preço do

* C D 2 3 9 5 9 1 7 8 4 6 0 0 *



custo de produção, para depois revender a outras distribuidoras pelo custo de oportunidade?

- 6) Considerando que o atual volume de petróleo processado nas refinarias brasileiras é inferior à capacidade de refino que consta do ato de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou seja, há ociosidade no parque brasileiro de refino, qual é a política do atual governo para estimular a maximização dessa capacidade de produção interna, até mesmo para reduzir a dependência de importação de derivados como gasolina e óleo diesel?
- 7) Qual é o plano e como a atual gestão do Ministério de Minas e Energia trabalha para garantir que os preços dos combustíveis sejam justos e acessíveis para a população?
- 8) O governo irá descumprir o acordo firmado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), firmado em 2019, por meio do qual a estatal se compromete a vender oito refinarias de petróleo, incluindo ativos relacionados ao transporte de combustível? Em caso positivo, qual será a solução adotada?
- 9) Quais as medidas o Ministério de Minas e Energia adotará, na atual gestão, para estimular a concorrência no mercado nacional de refino, até então explorado quase integralmente pela Petrobras?
- 10) Considerando que, nos termos da Medida Provisória nº 1154, de janeiro de 2023, constitui área de competência expressa do Ministério, como o MME pretende fomentar o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias no setor de petróleo e combustíveis?
- 11) De um lado, o Brasil é autossuficiente na produção de petróleo, com volumes de exportação cada vez maiores. De outro lado, entretanto, tornamo-nos cada vez mais dependentes da importação de derivados de petróleo e de biocombustíveis também, em especial o etanol. Qual é o plano do Ministério de Minas e Energia para o Brasil, efetivamente, atrair e concretizar investimentos em refino e reduzir a dependência da importação de combustíveis?

* C D 2 3 9 5 9 1 7 8 4 6 0 0 *



JUSTIFICATIVA

Os combustíveis são fundamentais para a economia do País e para a vida dos cidadãos, pois influenciam, direta ou indiretamente, os preços de todos os bens e serviços que circulam por nossa sociedade, assim como a locomoção dos brasileiros diariamente.

Outrossim, diversos veículos de comunicação circulam notícias a respeito de eventual mudança por parte do atual Governo na política de preço dos combustíveis, o que, a depender da alteração, poderá ocasionar severos impactos na economia do país e demais setores produtivos. Nesse sentido, é que se faz essencial o presente Requerimento de Informações, com o fito do MME esclarecer não apenas aos signatários, mas ao mercado e a população brasileira como a situação em tela está sendo tratada.

Portanto, devemos enfatizar que são fundamentais a previsibilidade e transparência de preços, para que o potencial brasileiro na produção de petróleo, gás natural e combustíveis, inclusive de biocombustíveis, possa ser concretizado na forma de empregos e investimentos para o Brasil.

Por essa razão e na qualidade de Deputado Federal, em consonância das atribuições do Poder Legislativo previstas na Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas, com o intuito de agregar insumos que permitam a compreensão e a clareza da política nacional de preços de combustíveis do atual governo.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2023.

MARCEL VAN HATTEM (NOVO/RS)

Deputado Federal





Requerimento de Informação **(Do Sr. Marcel van Hattem)**

Requer informações ao Ministro
de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira,
acerca da política nacional de preços de
combustíveis.

Assinaram eletronicamente o documento CD239591784600, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 3 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)